

CLAUSEWITZ, CORBETT E O DESAFIO DAS GUERRAS LIMITADAS

Érico Esteves Duarte¹

RESUMO

As guerras limitadas passam a ter cada vez mais relevância no debate estratégico contemporâneo em razão dos maus resultados das últimas décadas por parte dos países ocidentais, o que gera prognósticos negativos quanto a sua performance futura. Este artigo argumenta que o diagnóstico do estudo e prática de guerras limitadas produziu requisitos metodológicos e questionamentos operacionais que são atendidos pelas teorias de guerras limitadas elaboradas por Carl von Clausewitz e Julian Corbett. O artigo demonstra como elas atendem aos requisitos e questionamentos contemporâneos ao sintetizar seus conceitos e testes em dois estudos de casos. Por fim, o artigo recomenda uma agenda de pesquisa.

Palavras-chave: Guerras Limitadas; Teorias da Guerra; Carl von Clausewitz, Julian Corbett; Operações Conjuntas.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS (PPGEEI/UFRGS), Porto Alegre-RS, Brasil: ericoduarte@gmail.com. O autor agradece a CAPES (Bolsa de estágio doutoral no exterior e Projeto Pró-Defesa) e ao CNPq (Edital Universal), cujos apoios permitiram a realização deste trabalho.

INTRODUÇÃO

Ukraine revived the issue of limited war

Lawrence Freedman, 2014

Uma parcela do atual debate estratégico foca-se nas condutas bem-sucedidas de guerras limitadas pela Rússia na Geórgia, Criméia e Ucrânia; e como seus desdobramentos inauguram um novo padrão de relações políticas entre “Ocidente” e Rússia (FREEDMAN, 2014, p. 7; GRYGIEL; MITCHELL, 2014, p. 37). Apesar do viés marcadamente eurocêntrico, o debate não tem como constatação central o retorno das guerras limitadas, pois essas nunca deixaram de serem recorrentes na guerra contemporânea; vide as várias constatações de sua relevância para compreensão do panorama de segurança da América do Sul e do Brasil², do Oriente Médio (TERRIL, 2009), da África (DUYVESTYEN, 2004; FRKOVICH, 2010), do sul da Ásia (HAIDER, 2013, p. 55; TELLIS; FAIR; MEDBY, 2001) e mesmo da política de segurança dos Estados Unidos de, pelo menos, os últimos sessenta anos (BYMAN; WAXMAN, 2002; DEITCHMAN, 1964; DOUGHERTY, 2012). Estudos estatísticos e mais amplos apontam que apenas entre 10% e 19% das guerras travadas entre 1816 e 1985 podem ser enquadradas como completamente distintas de guerras limitadas (BENNETT; STAM III, 1996; WEISIGER, 2013, p. 2–3).

O problema central do debate corrente é que existe um mal prognóstico dessas novas relações entre “Ocidente” e Rússia, tendo em vista o mau histórico de guerras limitadas travadas pelos Estados Unidos e Europa. Entre 1990 e 2001, os Estados Unidos teriam feito uso combinado e bem-sucedido de coerção e diplomacia em cinco de dezesseis ocasiões, e os demais países “ocidentais” teriam realizado seis condutas com sucesso de trinta e seis casos (ART, 2003, p. 386; JAKOBSEN, 2010, p. 291, 2011, p. 154). Para além de dificuldades intrínsecas de casos específicos, o diagnóstico é que existe um problema grave na compreensão sobre as possibilidades e limites do uso combinado de coerção militar e barganha (HOWARD, 1999; JAKOBSEN, 2011, p. 154; JERVIS, 2008, p. 589), que, de uma maneira ou de outra, tem provocado a falta de competência em como conduzir esse tipo de guerra (GRIFFIN, 2014, p. 461; GRYGIEL; MITCHELL, 2014, p. 38; HAWKINS, 2000, p. 73; JAKOBSEN, 2011, p. 153).

² Para uma análise histórica de como as guerras limitadas conformaram os Estados-nação da América Latina, Centeno (2003). Uma formulação analítica preliminar para o contexto estratégico brasileiro seguida de recomendações de política de defesa, é presente em Duarte (2012, p. 66–85).

As guerras limitadas são aquelas em que o oponente é compelido a conceder um acordo após os custos dos enfrentamentos ultrapassarem um determinado limiar. Elas são “lutas enquanto se negocia”, envolvendo a produção de equilíbrio de forças no teatro de operações e de equilíbrio de recursos de barganha na mesa de negociação de maneira simultânea e interligada. Embora guerras ilimitadas como as Guerras Púnicas, a Guerra dos Trinta Anos, as Guerras Napoleônicas e as duas guerras mundiais tenham reconfigurado sistemas políticos; é por meio de guerras limitadas que os grupos políticos constroem suas áreas de influências e acumulam seus meios materiais e coercitivos diferenciados.³ Mas também é no fracasso em delimitar instâncias de disputa com outros grupos, geralmente mais fracos, e superestimarem suas probabilidades de sucesso, que eles declinam. Logo, guerras limitadas devem ser um objeto constante de estudo.

Aponta-se aqui que a constatação da correlação entre defasada compreensão e baixa performance na conduta de guerras limitadas é mais um sintoma da “grande divisória nuclear” (GRAY, 1977; PROENÇA JÚNIOR; DUARTE, 2007), em que a omissão ou recusa às bases teóricas clássicas por parte de estudiosos e praticantes contemporâneos, apenas incorre em perdas para eles mesmos.

Não existe contestação ao fato de que a concepção de guerras limitadas foi empreendida por Carl von Clausewitz e Julian Corbett, sendo recuperada na esteira da Guerra da Coreia por “cientistas políticos e especialistas em defesa ocidentais, que buscavam conceber o uso da força, seja na guerra ou na dissuasão, como um instrumento efetivo de contenção da União Soviética, China e os grupos comunistas internacionais alinhados a eles” (OSGOOD, 1979, p. 2). No entanto, não existe em toda a literatura uma síntese minimamente suficiente das duas teorias originais de guerras limitadas, muito menos um esforço razoavelmente articulado em confrontá-las com os requisitos analíticos e operacionais contemporâneos.

Embora reconheça-se a originalidade da formulação teórica de Clausewitz sobre guerras limitadas, a sistematização dos poucos capítulos

³ Toma-se aqui o devido cuidado de não se restringir o fenômeno das guerras limitadas a Estados, vide o acúmulo de sua evidência histórica em períodos ausentes de Estados (DELBRUCK, 1990) e ser uma forma de identificação das campanhas de expansão conduzidas pelos Estado Islâmico na Síria e no Iraque (MCFATE, 2015).

do Da Guerra e de seus demais estudos históricos sobre guerras limitadas é inédita⁴. Ainda assim, uma consideração preliminar desses escritos, em especial o capítulo “Propósitos e Meios da Guerra” do *Da Guerra e a Campanha de 1796 na Itália*, permitem inferir sobre a consistência e a utilidade analítica de sua teoria de guerras limitadas.

Quanto a Corbett, ele não apenas cunhou o termo ‘guerra limitada’, mas o desenvolveu em uma das mais originais contribuições teóricas sobre a guerra (GAT, 2002; HANDEL, 2000, p. 121; J J WIDEN, 2007). A teoria das operações marítimas em guerras limitadas foi apresentada em *Some Principles of Maritime Strategy* e teve suas proposições testadas e expandidas em *The Maritime Operations of Russo-Japanese War 1904-1905*. Foi nesse estudo ainda que Corbett avançou as primeiras proposições conceituais sobre operações conjuntas (ANGSTROM; WIDEN, 2015, p. 96).

Argumenta-se neste artigo que as teorias de guerras limitadas de Clausewitz e Corbett contribuem para o avanço do debate estratégico contemporâneo, ao produzir:

(i) a demarcação dos parâmetros de utilidade de uma teoria da guerra; (ii) teorias que permitem a identificação, análise e avaliação da conduta de guerras limitadas; e (iii) a corroboração dessas teorias em estudos de caso que iluminam problemas práticos do desenho de planos e conduta de guerras limitadas.

Assim, o presente artigo desenvolve-se da seguinte maneira. Primeiro, ele reproduz o diagnóstico da literatura atual que aponta os requisitos metodológicos e as questões operacionais a serem atendidos no enquadramento conceitual de guerras limitadas.

Segundo, nas duas seções seguintes, o artigo apresenta as formulações teóricas de guerras limitadas de Clausewitz e Corbett. Nessa exposição, é importante ressaltar que existem dois níveis de contribuição de Corbett. Por um lado, é relevante e produtivo reconhecer sua síntese e esclarecimentos sobre as definições da teoria da guerra de Clausewitz. Por outro lado, a formulação teórica original de Corbett sobre guerras limitadas é tratada separadamente.

⁴ Nesse grupo, inclui-se: A Guerra dos Russos contra os Turcos de 1736-1739; As Campanhas de Frederico, o Grande, de 1741-1762; A Campanha de Herzoge von Braunschweigegen na Holanda de 1787; A Campanha de 1796 na Itália; e A Campanha de 1799 na Suíça. Os três primeiros textos são disponíveis apenas na sua forma original em alemão gótico, e os dois últimos possuem versões francesas. Todos esses estudos foram publicados nos tomos V a X das obras completas (Hinterlassene Werke) de Clausewitz, entre 1833 e 1837.

Por fim, à guisa de conclusão, o artigo recupera e contrasta aquela lista de requisitos, demarcando uma agenda de pesquisa de guerras limitadas a partir das teorias de Clausewitz e Corbett.

O DESAFIO DAS GUERRAS LIMITADAS

O diagnóstico da literatura conclui que existam três desafios metodológicos para o estudo de guerras limitadas.

Primeiro, as teorias de guerras limitadas desenvolvidas a partir de abordagens indutivas têm, como consequência, modelos demasiadamente generalistas. Geralmente, reduzem a deflagração, conduta e sucesso de uma guerra limitada a um caso de escolha racional, acertada ou errada, de uma figura política. De um ponto de vista prático, essas teorias não são capazes de produzir conceitos operacionais para quem toma decisões políticas e de planejamento militar, pois há uma proliferação confusa de termos e conceitos para tratar de cada novo evento ou um mesmo evento a partir de uma nova proposta de estudo de caso, e essa espiral os distancia de suas utilidades práticas (JAKOBSEN, 2011, p. 157–159; como exemplo, WEISIGER, 2013).

Segundo, os estudos que utilizam abordagens dedutivas são geralmente mais consistentes, mas geralmente realizam nenhum ou poucos estudos de casos apenas para efeitos ilustrativos.

As teorias elaboradas demandam grande parcimônia para seu uso porque são distantes da realidade das forças combatentes (JAKOBSEN, 2011, p. 158–159).

O terceiro desafio é que as teorias de guerras limitadas precisam dar respostas a problemas conhecidos e práticos de decisão política e planejamento estratégico acumulados nesses últimos sessenta anos (JAKOBSEN, 2011, p. 160):

- Quando e como se impede a escalada de uma guerra limitada (FREEDMAN, 2014, p. 10; HOWARD, 1999)?
- Qual é o efeito do ambiente geográfico (ELLIS; GREENE, 1960, p. 640)?
- Como se produz consenso em um conselho de guerra (CHILCOAT, 1995, p. iii)?
- Quais as considerações que devem guiar os comandantes no cumprimento de suas responsabilidades estratégicas em guerras limitadas (CHILCOAT, 1995, p. 1)?
- Como se explicam as vantagens do lado que realiza um ataque restrito e as dificuldades de quem o sofre (GRYGIEL; MITCHELL, 2014, p. 38)?

• Quais as atividades características de guerras limitadas que mais influenciam os resultados (ELLIS; GREENE, 1960, p. 642)?

Esse diagnóstico aponta três requisitos para uma teoria de guerra limitada (ELLIS; GREENE, 1960; JAKOBSEN, 2011):

1. Ela deve propor conceitos claros e operacionalizáveis;
2. Ela deve produzir análises que equilibrem consistentemente suas deduções hipotéticas com a avaliação de estudos de caso; e
3. Ela deve permitir refletir sobre problemas políticos e estratégicos práticos comuns.

Argumenta-se, nas duas próximas seções, que as teorias de guerra limitada de Clausewitz e Corbett atendem plenamente a todos esses requisitos.

A TEORIA DE GUERRAS LIMITADAS DE CLAUSEWITZ⁵

A distinção da Teoria da Guerra de Clausewitz reside na sua abordagem para análise da guerra⁶. Para Clausewitz, uma teoria da guerra nunca deve ser apenas um exercício de contemplação, mas um instrumento para a educação e auxílio à tomada de decisão de comandantes. Com esse foco, a teoria da guerra de Clausewitz é componente e servidora do seu método de análise crítica (*Kritik*). O desenvolvimento e utilidade da teoria estão atrelados à condução de estudos de caso. Sem esses, a teoria torna-se um texto sacrossanto e hermético, portanto pseudocientífico e sem consequências práticas positivas. Isso marca que a teoria da guerra limitada de Clausewitz, para estar ‘viva’, precisa estar constantemente em desenvolvimento e revisão por meio de estudos de casos. Até sua morte, Clausewitz aplicaria essa abordagem, que então teria três principais formulações conceituais⁷:

⁵ Por conta das controvérsias da tradução para o inglês por Peter Paret e Michael Howard, faz-se uso também da edição alemã disponibilizada gratuitamente como ebook em 2012 pela editora Null Papier Verlag: www.null-papier.de/clausewitz.

⁶ A melhor exposição dos propósitos práticos de Clausewitz é ainda Paret (1968) em *Education, Politics, and War in the Life of Clausewitz*. Sobre a centralidade de sua obra para os Estudos Estratégicos, Proença Junior & Duarte (2007), Echevarria II (2007), Mendes & Duarte (2014), Angstrom & Widen (2015).

⁷ Segundo Diniz (2002), a evolução desses entendimentos produziram o estado mais sofisticado da Teoria da Guerra de Clausewitz. Ademais, a identificação de tais conceitos na sua principal obra, *Da Guerra*, é o que permite ordenar de maneira consistente e útil suas várias partes; pois o livro foi organizado postumamente e editados segundo sua ordenação temática e não conceitual ou cronológica entre textos mais antigos e textos mais recentes (DINIZ, EUGENIO; PROENÇA JUNIOR, 2014).

- A conceituação dos tipos de guerras que existem na realidade: guerras ilimitadas e guerras limitadas;
- A definição de guerra não faz sentido senão como a continuação da política com outros meios;
- As razões de tendência da superioridade da defesa sobre o ataque.

Essas três contribuições conceituais estão amplamente vinculadas entre si e devem ser a linha de exposição sobre guerras limitadas (CLAUSEWITZ, 1984, p. 69–70). É no contraste entre guerras limitadas e ilimitadas em termos de utilidade e motivação políticas e os métodos de emprego das forças combatentes que existe a definição dos atributos de cada uma delas (CORBETT; JULIAN S., 2005, p. 44–45). No primeiro nível de distinção, existe a qualificação do papel da política na conformação da guerra, enquanto que o segundo nível abarca as distinções entre campanhas ofensivas e defensivas nos dois tipos de guerra.

Assim, a primeira distinção entre guerras limitadas e ilimitadas é quando o objetivo político determina o foco de aplicação da força e os padrões de intensidade de esforço.

Em qualquer objetivo, a questão vital e panorâmica é a intensidade com qual o espírito da nação foi absorvido para seu alcance. O ponto real para se determinar na formulação de qualquer plano é qual foi o significado do objetivo para os dois beligerantes, quais os sacrifícios que eles fariam por ele, quais os riscos que eles estavam preparados a correr? (CORBETT; 2005, p. 41).

Clausewitz aponta que a instrumentalização da guerra aos propósitos e circunstâncias dos objetivos políticos repercutem que sua natureza seja sempre complexa e mutável. De acordo com isso, ele apresenta os elementos de uma guerra ilimitada, que é uma guerra em que a animosidade e os efeitos recíprocos de elementos hostis demandam que a vontade de seguir lutando do oponente seja quebrada. Para tal, é necessário que:

- Suas forças combatentes sejam destruídas ou colocadas em uma condição que elas não possam mais seguir lutando;

- O país precisa ser ocupado, e assim evitar que ele constitua novas forças;
- Finalmente, o governo oponente e seus aliados têm que ser conduzidos a pedir pela paz ou a população precisar ser feita submissa (CLAUSEWITZ, 1984, p. 90).

Clausewitz argumenta que, em guerras ilimitadas, essas três metas para as atividades combatentes, ou metas bélicas, seguem em ordem sequencial entre a destruição das forças combatentes, a subjugação do país e a realização de um acordo de paz com o oponente. A conduta da guerra não ocorre ao mesmo tempo que as negociações quando envolvem questões políticas em relações às quais o oponente recusa qualquer termo de paz (CLAUSEWITZ, 1984, p. 91).

Ele qualifica ainda que guerras ilimitadas deveriam ser improváveis de ocorrer entre dois lados marcadamente díspares em meios materiais, a não ser que, em casos muito particulares, o lado mais forte e com interesses políticos positivos seja inábil na condução da guerra, implicando em improbabilidade de vitória ou custos inaceitáveis.

Já guerras limitadas, por serem resultado de um outro tipo de relacionamento político, geralmente são encerradas pela manipulação generalizada por ambos os lados justamente desses cálculos de probabilidades e custos. Guerras limitadas são originadas mais por circunstâncias do que por profundas motivações e causas necessárias. Portanto, elas não são encerradas pelo colapso de um lado, mas pela análise da probabilidade de derrota e/ou a realização que os custos necessários, em magnitude e duração, excedem o valor político de um objetivo. Assim, Clausewitz aponta que guerras limitadas são encerradas a partir da concessão de um acordo de paz de um lado a outro no decorrer dos enfrentamentos e a partir de um cálculo objetivo e racional. Ou seja:

Quando os motivos e tensões são tênues, podemos imaginar que o mais claro prospecto de derrota pode ser suficiente como causa para um lado conceder. Se desde o início, o outro lado sente que isso é provável, ele irá obviamente concentrar-se em realizar essa probabilidade em vez de tomar o longo caminho e derrotar o oponente totalmente.

De ainda maior influência na decisão de se fazer paz é a conscientização de todo o esforço já realizado e dos esforços

ainda a ocorrer. Desde que a guerra não é um ato de paixão sem sentido, mas é controlada pelo seu objetivo político, o valor desse objetivo deve determinar os sacrifícios a serem feitos por ele em *magnitude* e também em *duração*. Uma vez que o dispêndio de esforço excede o valor do objetivo político, o objetivo deve ser renunciado e ter-se a paz (CLAUSEWITZ, 2012, p. 43, 1984, p. 91–92, itálicos do original).

Portanto, em guerras ilimitadas, o acordo de paz é imposto quando um lado derrotado se encontra prostrado, e esse acordo tem muito mais utilidade em extinguir futuras fagulhas de hostilidade. Já em guerras limitadas, o acordo de paz é uma decisão política a partir das análises por cada parte das probabilidades da ocorrência de novas derrotas e das estimativas dos custos de se continuar travando tal guerra.

Isso implica outro aspecto distintivo da variação de objetivos políticos no curso de guerras limitadas e ilimitadas. Em guerras ilimitadas, tal variação não existe, os objetivos políticos são polares e mantêm-se assim até o término da guerra. Embora guerras limitadas apresentem lados com objetivos políticos positivos e negativos – basicamente, alteração ou manutenção de um status quo, o que pode significar, por exemplo, os termos de acordos internacionais, o controle de zonas de influência ou mesmo a soberania de territórios – esses podem alterar muito no curso da guerra e podem mudar completamente dependendo “do curso dos eventos e suas prováveis consequências” (CLAUSEWITZ, 2012, p. 44).

As implicações dos propósitos e relacionamentos de uma guerra limitada fazem dela um fenômeno mais complexo que guerras ilimitadas, de maneira que as avaliações e decisões políticas são parte inerente do desenho e conduta das campanhas. Isso é tão significativo que existem importantes distinções entre guerras ilimitadas e limitadas quanto às opções de metas bélicas e como as forças combatentes podem ser empregadas.

Clausewitz considera, primeiro, “as metas que conduzem o oponente para a prostração”, basicamente a destruição das forças combatentes e conquistas de territórios. Em guerras ilimitadas, a destruição das forças combatentes deve ser a primeira meta, seguida de outras metas que busquem quebrar a resistência do oponente, sendo que a ocupação de território oponente antes da destruição de suas forças combatentes deve ocorrer apenas como um mal necessário.

No entanto, em guerras limitadas, o colapso do oponente não é a meta. Campanhas são conduzidas a fim de tornar o oponente inseguro sobre o futuro e impressionado pela sua situação de inferioridade. Nesses casos, deve-se ter uma limitação na aplicação de força e esta não deve ser mais que o absolutamente necessário. A conquista de território, por sua vez, deve ser conduzida no contexto em que o oponente não busca, mas teme, enfrentamentos decisivos. Assim, a conquista de um pedaço de território mal defendido ou mesmo indefeso é uma vantagem nela mesma. Pois, se ele não deseja lutar por esse território ou não tem meios para tal, esse pode ser um atalho para o acordo de paz. Em guerras limitadas, a destruição de forças combatentes e a conquista de territórios nunca são um fim em si mesmo, mas recursos para explorar a expectativa de improbabilidade de sucesso pelo oponente. Assim sendo, desde que respeitada a economia de forças, nada impede ou determina que tenha que existir um sequenciamento entre elas. Ou seja, diferente de guerras ilimitadas, em guerras limitadas, a conquista oportuna de territórios pode ocorrer antes ou sem que o oponente tenha tido suas forças combatentes colapsadas.

Adicionalmente, ele aponta que em guerras limitadas existem outros meios que podem afetar as probabilidades de sucesso, sem a destruição das forças combatentes. Esses são empreendimentos que afetam imediatamente as equações políticas, como aqueles que neutralizam ou enfraquecem aliados do oponente, ou nos ganham novos aliados. Esse ponto é importante. Desde que ele define que a guerra é a continuação da política *com* outros meios, ele reconhece que meios não violentos podem também alterar os equilíbrios de forças e de barganhas, tornando a expectativa de sucesso do oponente mais improvável. Portanto, outra distinção entre guerras ilimitadas e limitadas é que estas últimas podem ter seus objetivos políticos atendidos com a combinação de meios não-violentos e o uso de forças combatentes.

Uma abordagem alternativa à destruição das forças combatentes do oponente são os meios coercitivos que têm como meta tornar mais elevados seus custos de esforço. O efeito desejado aqui é fazê-lo consumir suas forças em decorrência da taxa relativa de baixas de forças e perda de posses. Ambas as metas diferem em significado dependendo dos outros objetivos políticos com os quais elas coincidem, e, portanto, cada meta demanda um escrutínio político próprio. Clausewitz reforça a importância dessa avaliação para se evitar consequências adicionais indesejadas, pois objetivos políticos de maior valor sempre exigem mais

esforço, o mesmo ocorre se não se satisfaz com os ganhos já adquiridos e busca-se uma nova meta motivada pelo sucesso estratégico anterior. Isso porque o encerramento de guerras limitadas exige um estágio final de ações adicionais a fim de exaurir o oponente e fazê-lo desistir.

Ele aponta três métodos para fazer o oponente consumir suas forças. O primeiro é a tomada temporária de um território adicional. O segundo método é tomar um curso em relação ao anterior para aumentar as perdas do oponente e pressioná-lo. Esse pode se reivindicar reparações pelo retorno do território ou devastá-lo, o que implica em alguma medida, destruição das forças combatentes. Apesar de o primeiro empreendimento não parecer a princípio uma atividade combatente, ambas demandarão considerações estratégicas da liderança política (CLAUSEWITZ, 2012, p. 45)⁸.

Por fim, ele aponta que o terceiro método é o mais importante: a exaustão gradual das condições físicas e morais das forças combatentes do oponente. E é aqui que existe a definição mais distintiva de uma guerra limitada: após as metas serem alcançadas e o objetivo político satisfeito, deve-se usar das vantagens da defesa unicamente para desgaste do oponente a fim de encerrar a guerra. Nesse sentido, essa campanha defensiva é distinta de uma campanha defensiva numa guerra ilimitada, que deve evoluir para uma contraofensiva. Em guerras limitadas, significa usar o máximo das vantagens relativas de se lutar na defensiva para exaurir as forças do oponente, de maneira que a mera duração dos enfrentamentos baste para que ele desista, pois o esforço necessário não equivale mais ao valor do seu objetivo político (CLAUSEWITZ, 1984, p. 94).

A consideração desses métodos implica que guerras ilimitadas e limitadas possuem uma distinção cardinal em termos de suas condutas. Quando os objetivos são ilimitados e isso clama todo o esforço de guerra do oponente, fica evidente que nenhuma decisão definitiva poderá ser alcançada até que todo esse esforço de guerra seja quebrado.

A não ser que se tenha uma razoável esperança de ser capaz de fazer isso, seria uma má política buscar uma conclusão pela força – ou seja, não se deveria ir à guerra. Já no caso de

⁸ Aqui existe uma decisão de tradução importante que difere muito de Parte e Howard. Estes tratam os empreendimentos citados na segunda forma de exaustão do oponente como indefinidos, sem relação com duas alternativas concretas anteriores. Entendemos que essa tradução deixa essa passagem sem sentido ou desnecessária. No texto original, Clausewitz dá ênfase à importância de se dar preferência àqueles empreendimentos, implicitamente, já em andamento.

guerras limitadas, a completa destruição das forças combatentes do oponente está além do que é necessário. É possível alcançar a conclusão da guerra por meio da tomada do objeto e se beneficiar dos elementos de força inerentes da defesa, configurando uma situação que é mais custosa para o oponente alterar que o valor do objeto para ele (CORBETT, 2005, p. 45).

De fato, a conversão para uma campanha defensiva em uma guerra limitada não é apenas uma possibilidade, mas uma necessidade estratégica.

O argumento é este: que, como toda ofensiva estratégica tende a deixar pontos próprios descobertos, envolve sempre maior ou menor provisão para suas defesas. É óbvio, portanto, que se nós almejamos um objeto territorial limitado, a proporção de defesa requerida tenderá a ser maior que se nós direcionássemos nosso ataque às forças principais do oponente. Em guerras ilimitadas, nosso ataque tenderá ele mesmo a defender tudo em todo lugar, por forçar o oponente a concentrar contra o nosso ataque (CORBETT, 2005, p. 53–54).

Clausewitz segue com uma avaliação dos riscos e limites de cada um desses métodos. A destruição das forças combatentes é um método cuja efetividade é determinada por um objetivo político e não pelos meios disponíveis. Embora ele ofereça sucesso de maior escopo, é também aquele método que incorre em maiores esforços e risco de dano em caso de fracasso.

Seja no contexto de guerras ilimitadas ou limitadas, é aquele método que afeta mais os cálculos do oponente. Mas nem sempre é o mais adequado e nunca pode ser executado sem cautela, pois é “a agressividade cega que destrói o ataque, e não a defesa” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 97).

No entanto, a condução dos métodos seguintes relacionados à conquista temporária de território deve seguir tendo com a certeza que o oponente não buscará, com razoável expectativa de sucesso, destruir nossas forças combatentes, pois a conquista de território propriamente dito ou sua exploração como recurso de barganha demandam planos e recursos que excluem a possibilidade de condução de grandes enfrentamentos. Isso porque a concentração de força é especialmente difícil pela necessidade de

proteger o objeto sob disputa e, ainda, as áreas importantes que podem ser alvos de retaliação. Se o oponente é capaz de produzir meios combatentes ou existe o envolvimento de uma terceira parte que os tem, eles terão grandes vantagens de derrotar as seções dispersas de nossas forças combatentes (CLAUSEWITZ, 1984, p. 97).

Quanto ao último método, o desgaste das forças combatentes do oponente, seus riscos e limites estão nos atributos intrínsecos da defesa e do ataque. Desde que a questão aqui é perdurar em condições de enfrentamento por mais tempo que o oponente, a exaustão das forças combatentes e da preservação das nossas próprias ou seja, as taxas relativas de perdas “são partes integrais de um mesmo propósito”(CLAUSEWITZ, 1984, p. 97). Portanto, deve-se buscar os benefícios das vantagens intrínsecas das campanhas defensivas e se prevenir contra os elementos degenerativos da campanha ofensiva. Essa última consideração permite uma síntese da teoria.

Em circunstâncias de objetivos políticos predominantemente negativos em guerras limitadas, Clausewitz aponta que a simples resistência passiva será insustentável em algum momento. Pois, uma postura plenamente negativa apenas posterga uma decisão, mas não a realiza. Assim, se “se chega a um momento em que mais espera traz excessivas desvantagens, então o benefício de uma orientação negativa foi exaurido”. Isso implica na necessidade de alguma medida de destruição das forças combatentes do oponente para que ele desista de seus objetivos (CLAUSEWITZ, 1984, p. 99).

Em circunstâncias de objetivos políticos positivos em guerras limitadas, a conquista e a defesa do objeto podem trazer a guerra imediatamente para um acordo de paz. Isso porque, primeiro, a campanha defensiva nesse estágio não sofre as desvantagens de uma defensiva em uma guerra ilimitada, os efeitos morais e materiais de perda de território e ainda a perda de iniciativa. Portanto, é uma posição bastante forte, permitindo inclusive o sucesso estratégico de forças menores sobre maiores (CORBETT, 2005, p. 72; CORBETT, 2015a, p. 63).

É possível que os esforços necessários de contragolpe em comparação ao valor do objetivo político e outras agendas que o oponente possua gerem mais perdas que ganhos. Ou seja, o oponente faz a avaliação que ultrapassou o ponto culminante da vitória. Segundo Clausewitz, esse fenômeno é mais provável de ocorrer em guerras limitadas que ilimitadas, sendo, portanto, a razão da possibilidade de sua manipulação na maioria das guerras e ser a razão pela qual o objetivo de todo plano de campanha ofensiva deva ser o momento de conversão para uma defensiva (CLAUSEWITZ, 1984, p. 570–571).

Mas pode ser necessário em guerras limitadas um terceiro estágio: uma segunda campanha ofensiva, distinta da primeira, “na qual se busca exercer pressão geral sobre o oponente para fazê-lo aceitar a situação adversa em que ele foi colocado” (CORBETT, 2005, p. 46, 74). Idealmente, essa se daria pela condução de uma ofensiva estratégica servida de enfrentamentos defensivos.

Essas são em efeito das condições às quais a guerra limitada deveria dar – isso é, se o teatro e método foram bem escolhidos. Deve ser lembrado que o uso desse tipo de guerra pressupõe que nós somos capazes de prontidão e mobilidades superiores ou por sermos mais convenientemente situados em nos estabelecermos no objeto territorial antes que nosso oponente adquira força para prevenir-se a nós. Isso feito, nós temos a iniciativa, e assumindo que o oponente não é capaz de atacar nosso território, deve conformar nossa abertura da empreitada para nos prevalecer. Nós estaremos em posição de encontrar seu ataque em terreno de nossa escolha e nos favorecer com as oportunidades de contrataque assim que seus distantes e, portanto, exauridos movimentos ofensivos possivelmente permitir (CORBETT, 2005, p. 73).

Mas, nesse estágio, não se deve perder de foco que a meta é a manutenção de uma balança de poder favorável, pondo pesos e contrapesos. Portanto, a grande preocupação deve ser, primeiro, reter os ganhos e territórios que dão a situação de vantagem e, segundo, conquistar ou depredar outros territórios apenas se eles forem de valor político para o oponente e em retaliação para manter o equilíbrio. Caso contrário, pode se assumir por tempo demais a ofensiva estratégica, o que poderá resultar em demasiado desgaste e impor uma tensão na concentração e dispersão das forças combatentes para manutenção dos equilíbrios estratégicos e políticos (CLAUSEWITZ, 1984, p. 612).

Essas proposições conceituais tornam-se mais compreensíveis e têm seu poder explanatório testado na análise crítica da *Campanha de 1796 na Itália*. Esta, da mesma forma que a *Campanha de 1799 na Suíça*, foi elaborada entre 1827 e 1830, durante o último estágio de revisão do *Da Guerra*, correspondente às formulações de Clausewitz sobre guerras limitadas (PARET, 2007, p. 330). Bonaparte conduziu essa campanha para angariação de posses dinásticas

do Império Austríaco no Norte da Itália e enfraquecimento do principal opositor da Revolução até então. Ela se distingue por analisar disputas anteriores e distintas das Guerras Napoleônicas. Ou seja, quando Bonaparte era subordinado às decisões políticas do Diretório, contava com uma força limitada e supervisionada por outrem e essa não foi uma campanha direcionada à anexação de uma grande potência no contexto de uma guerra ilimitada. Possivelmente, essas sejam as principais razões pela decisão de Clausewitz em estudá-la: o “deus da guerra” operando por meio de fins e meios limitados como qualquer outro mortal, sem o aproveitamento de toda a potencialidade de uma instituição usurpada e ditatorial, da mobilização total dos recursos nacionais franceses e sem se atirar contra opositores desesperados.

Em decorrência desse potencial analítico, a *Campanha de 1796* têm uma narrativa longa, pois esse teatro era subordinado às disputas da França com o Império Austríaco na Europa Central. Sinteticamente, a campanha de Bonaparte segue os três estágios apontados pela teoria como necessários para realização de objetivos políticos positivos em uma guerra limitada:

1. Um estágio de ofensiva estratégica para a conquista de posições e objetivos no Norte da Itália;
2. Um estágio de defensiva estratégica para o desgaste das forças austríacas no teatro italiano sob o general austríaco Wurmser e defesa contra os contragolpes austríacos às posições francesas no teatro alemão pelo general Alvinzi;
3. A condução de uma última ofensiva coercitiva para a conversão em aliados os principados italianos, que anteriormente apoiavam o Império Austríaco.

Enquanto, no segundo estágio, tornou-se improvável o sucesso austríaco em reverter o cenário estratégico; no terceiro, que se sucedeu, as demais realizações combatentes e diplomáticas tornaram o custo de continuidade da guerra mais alto que o seu abandono, principalmente tendo em vista o relativo enfraquecimento estratégico austríaco no teatro alemão.

A *Campanha de 1796* é útil para verificação de como o lado na ofensiva política – a França – assumiu ofensivas e defensivas estratégicas dependendo da correlação de forças no teatro de operações italiano e em atendimento a objetivos políticos que não se traduziam na meta de destruição das forças combatentes austríacas. Tão importante quanto, as decisões de plano de campanha levaram em consideração os efeitos dos resultados sobre as

correlações de força do principal teatro-de-operações, no caso, o alemão (PARET, 2007, p. 336–337). Por fim, Bonaparte conduziu enfrentamentos ofensivos ou defensivos dependendo da oportunidade da vantagem de terreno e da correlação de números no campo de batalha. Clausewitz avalia que a qualidade do comando de Bonaparte residiu em: (i) utilizar de enfrentamentos no contexto de uma campanha ofensiva sem pôr as forças combatentes sob risco dos pontos culminantes; (ii) saber explorar os momentos de suspensão das atividades combatentes; e (iii) usar as vantagens da defensiva.

A TEORIA DAS OPERAÇÕES MARÍTIMAS EM GUERRAS LIMITADAS DE CORBETT

Corbett compartilha integralmente dos parâmetros demarcados por Clausewitz de contribuição de uma teoria da guerra. Porém, ele os reformula de maneira a fim de tornar mais evidente a utilidade de uma teoria da guerra na articulação entre decisões políticas e operações marítimas e terrestres em guerras limitadas.

Primeiro, uma teoria da guerra seria um mapa ou guia ao comandante:

Tome-se um exemplo análogo, e a província da teoria estratégica torna-se clara de uma vez. A navegação e as partes do ofício de pilotar um navio, que pertencem a ela, lidam com fenômenos tão variados e inconstantes como aqueles da conduta da guerra. Juntas elas formam uma arte, em relação à qual depende tanto o ofício do comando militar para o julgamento de indivíduos. As leis das tempestades e marés e da meteorologia dos ventos são sujeitas a deflexões infinitas e incalculáveis, e ainda assim quem nega hoje em dia que por meio do estudo teórico dessas coisas, a arte do homem do mar tenha ganhado em coerência e capacidade? Tal estudo não fará ele mesmo o homem do mar ou navegador, mas sem ele nenhum homem do mar ou navegador pode, nos nossos dias, merecer tal nome. Por causa que tempestades não se comportam sempre da mesma maneira, irá o mais experiente homem do mar negar que o estudo das condições normais é inútil para ele em suas decisões mais práticas? (CORBETT, p. 10).

Segundo, a teoria tem utilidade prática na possibilidade dos subordinados de um comandante “serem capazes de compreender completamente o significado de suas decisões e serem capazes de expressá-las com certeza em ações bem ajustadas”. Corbett é sensível principalmente ao processo de descentralização e profissionalização das forças armadas que se iniciou antes, mas que se tornou inegável após a Primeira Guerra Mundial. Na guerra contemporânea, o ato de pensar antes de agir não se limita mais ao comandante, mas:

Todo homem envolvido [na guerra] deve ser treinado para pensar em um mesmo plano; a ordem do chefe deve acordar em cada mente o mesmo processo de pensamento; suas palavras devem ter o mesmo significado para todos (CORBETT, 2005, p. 5).

Terceiro, teorias da guerra são ainda fundamentais na produção de uma solidariedade similar entre comandantes e a liderança política que compõem um conselho de guerra. Nesse sentido, a teoria funciona como uma linguagem que possibilita a devida concepção e exposição de ideias entre expoentes de distintas tradições e trajetórias políticas e militares. Mas ela é, ainda, um método pelo qual um conselho de guerra pode distinguir entre fatores essenciais e não essenciais e ser capaz de dar forma com precisão e rapidez a um curso de ação ou plano de guerra. Corbett é incisivo neste ponto em razão da especialização e expansão dos serviços militares em estruturas burocráticas e em número e diversidade de missões que impõem que as conferências de conselhos de guerra e as deliberações para execução ocorram a grandes distâncias geográficas e com grande dificuldade de sincronização temporal. Corbett lidava com o desafio da articulação global do Império Britânico, porém não é difícil sustentar que esse seja um problema comum entre as demais potências militares dos séculos 20 e 21.

O propósito da obra de Corbett era alertar os tomadores de decisão britânicos sobre as distinções de guerras limitadas e adequá-los em sua conduta na defesa do Império. Ele confrontava em seu tempo a difusão do darwinismo político, presente nas formulações pseudocientíficas de Raztel e, de maneira precoce em 1911, desautorizou o modelo alemão, em que toda guerra foi tomada como ilimitada. Ele chamou a atenção para as consequências e custos não previsíveis de uma guerra ilimitada, se ela não era realmente necessária, ilustrando o ponto com a derrota britânica na Guerra de Independência dos Estados Unidos.

Corbett aponta que a utilidade política da guerra limitada deriva, primeiro, de que nem sempre é desejável ou possível a ruptura das forças combatentes oponentes. Segundo, os objetivos políticos podem ser atendidos por uma intervenção limitada por meio de tomadas de posições e objetos limitados e ainda pela destruição e conquista de propriedades privadas. Terceiro, o contexto político e outros objetivos políticos, mais ou igualmente importantes, podem impedir grande envolvimento numa guerra específica.

Por isso, no contexto dos Estado-nacionais, ele aponta dois pré-requisitos para guerras limitadas não escalonarem para guerras ilimitadas. Primeiro, o objetivo político não deve apenas ser limitado em área, mas também em valor político. Ou seja, ele não deve ser tido como um elemento orgânico de uma nação. Segundo, ele precisa ser “estrategicamente isolado ou ser capaz de ser reduzido a um isolamento real pelas operações estratégicas” (CORBETT, 2005, p. 55). Isso significa que disputas por territórios ou posses fronteiriças entre estados contíguos ou adjacentes em termos continentais, incorrem numa área cinzenta entre guerras limitadas e ilimitadas. Distinto disso, objetivos políticos que podem ser isolados por operações marítimas e/ou terrestres atendem às condições para uma guerra limitada plena. Isso pode ser traduzido na conquista “de posses além-mar ou nas extremidades de vastas áreas de território imperfeitamente ocupado”.

A grande ameaça de guerras limitadas entre sociedades políticas em proximidade terrestre entre elas é que uma ofensiva estratégica implica, na maioria dos casos, deixar pontos do próprio território desguarnecidos, principalmente pelo deslocamento das forças combatentes de sua proteção para realização da expedição. Isso impossibilita a restauração das defesas nacionais em caso de um contragolpe de acordo a linhas de guerras ilimitadas. Corbett recupera a ilustração de Clausewitz sobre a Campanha de Austerlitz de 1805, quando a Áustria enviou uma força expedicionária para a conquista de territórios no norte da Itália, justamente aqueles perdidos para a França em 1796, e Bonaparte, em resposta, tomou a capital Viena e destruiu as forças austríacas de defesa (CORBETT, 2005, p. 53–55; CORBETT, 2015a, p. 63).

Essas considerações ressaltam o efeito do ambiente geográfico. Em guerras ilimitadas, o peso e o vigor da ofensiva estratégica forçam o oponente a concentrar suas forças na sua própria defesa e, por isso, dificultam a realização de contragolpes em outras áreas do ofensor. Já em guerras limitadas, tudo dependerá da posição geográfica do objetivo e da distribuição global de forças. Em regiões muito isoladas pelo mar ou entre duas potências continentais isoladas por um ou vários países, com pouca possibilidade de reação do oponente, uma única ofensiva limitada pode ser suficiente. Em

regiões não tão isoladas ou havendo a possibilidade de algum tipo de resposta, conduz-se uma campanha ofensiva para a conquista do objeto, seguido da defesa consolidada do objeto e uma último estágio coercitivo – idealmente uma campanha ofensiva servida de enfrentamentos defensivos de maneira a forçar o oponente a aceitar a situação adversa que se criou para ele (CORBETT, 2005, p. 46, 56–57).

É com essa argumentação elegante que ele avança na qualificação do papel mais relevante das operações marítimas em guerras limitadas que em guerras ilimitadas (CORBETT, 2005, p. 57–72). A existência de teatros marítimos e mistos que conforma em um mesmo grupo os casos históricos de guerras limitadas que foram um recurso de potências insulares ou entre potências separadas pelo mar, mas, principalmente, por potências capazes de comando do mar em tal grau que lhe permitiram não apenas isolar seu objetivo de guerra, mas tornar inviavelmente custosa ou uma má política a invasão do seu território nacional pelo oponente (CORBETT, 2005, p. 57).⁹

Somando a essas considerações, aquelas formuladas a partir da teoria de Clausewitz, tem-se um mapa de um plano de guerra em guerras limitadas, articulando-se atividades combatentes terrestres e marítimas (CORBETT, 2015a, p. 65–68).

Em primeiro lugar, uma guerra limitada desenvolve-se em regiões periféricas por objetos de valor limitado em relação a outras considerações políticas e estratégicas. Por conta disso, na maioria dos casos, nem sempre existe correspondência geográfica direta entre o teatro em que se trava uma guerra ou campanha e os efeitos políticos desejados. É isso que permite a exploração política por meios diplomáticos dos resultados estratégicos e a expectativa de acomodação com o oponente.

Em segundo lugar, as possibilidades de sucesso premiam a iniciativa e a velocidade de conquista do objeto. Isso se dá pela vantagem estratégica de tomá-lo antes que o oponente seja capaz de defendê-lo. Isso impõe a necessidade de cuidadosa reflexão e planejamento quanto à dimensão e aos procedimentos da concentração de forças para a conquista do objeto. Demasiada concentração pode impor dificuldades e uma lenta ofensiva, o que possibilita a antecipação e reação do oponente, anulando o valor da surpresa. Ademais, a meta bélica primária é a conquista do objeto, sendo a destruição das forças do oponente no processo apenas um meio quando necessário.

⁹ É com grande satisfação que Cobertt aponta que essa conclusão, a partir da teoria de Clausewitz, não apenas explica todas as guerras, mas permite elucidar umas das grandes questões da história: o modo de expansão da Inglaterra ao status de maior império europeu (CORBETT, JULIAN S., 2005, p. 56–57).

Em terceiro lugar, a busca pelo equilíbrio diplomático se dá após a conquista do objeto e com o início da defensiva estratégica. No entanto, Corbett avança em relação a Clausewitz sobre este segundo estágio. Por um lado, a meta das forças terrestres é estabelecer o mais forte possível a obtenção do objeto, de maneira de ser capaz de resistir a qualquer força trazida à posição pelo oponente e as suas forças combatentes tornam-se a meta bélica terrestre.

Por outro lado, as forças marítimas assumem um importante papel em impedir a concentração de meios do oponente sobre o objeto recém-conquistado e contragolpes. Isso pode incorrer na necessidade de bloquear as bases navais do oponente e mesmo assumir o controle de suas linhas de comunicação marítimas por meio de batalhas navais.¹⁰ Por isso, embora se conduza uma defensiva terrestre, é necessária uma ofensiva marítima. Porém, essa distinção perde sentido se as linhas marítimas de ambos os beligerantes se dão em áreas comuns: a proteção das linhas marítimas de um lado implica ações contra seu uso pelo outro. Possuindo o oponente apenas linhas de comunicação terrestres ou mistas, operações conjuntas podem ser necessárias para romper essas linhas de comunicações terrestres ou compor uma posição defensiva mais avançada, de maneira a isolar o objeto que se deseja (CORBETT, 2005, p. 100–103).

Em quarto lugar, tendo assegurado suas posições por operações terrestres e marítimas, deve-se conduzir uma campanha defensiva em intenção, mas vigorosamente ofensiva em forma. Esse estágio seria uma pressão geral pela qual se demonstra ao oponente que ele tem mais a perder que a ganhar se desejar continuar a guerra. Para esse propósito, pode ser necessário a ameaça ou a tentativa de tomada de um outro objeto. Nesse caso, deve-se considerar, mais uma vez, os efeitos políticos desse outro objeto. Se ele não fere símbolos de nacionalismo, por um lado, e se ele tem algum valor para o oponente, por outro. Caso as circunstâncias políticas e estratégicas não permitam essa possibilidade, é necessário aplicar operações coercitivas contra outros pontos do oponente.

As atividades marítimas dos dois últimos estágios demandam necessariamente a divisão da esquadra em, pelo menos, três seções. Uma seção para apoio das forças terrestres na conquista do objeto e exercício da linha de comunicação, uma segunda seção para a obstrução de seu uso pelo oponente e uma terceira para defesa do território natal. Apenas a partir do sucesso dessas últimas, e principalmente da segunda seção, é que se poderia

¹⁰ É nesses termos que Corbett qualifica seu entendimento de comando do mar, apontando que ele não faz sentido à destruição das forças navais do oponente como um fim em si mesmo (CORBETT, 2005, p. 97–98).

considerar a realocação ou uma quarta seção para a realização do último e coercitivo estágio da campanha (CORBETT, 2005, p. 132–133, 151, 170–171, 222–223; CORBETT, 2015a, p. 70–71).

A conduta de guerras limitadas demanda avaliações do valor político de objetos e posições geográficas, conversões entre campanhas ofensivas e defensivas e concentração e desconcentração de forças terrestres e marítimas que são complexas e decisivas. E tudo isso é inviável sem um Estado-Maior conjunto articulado com a liderança política (CORBETT, 2005, p. 298–299). Na qualidade da estrutura e dos procedimentos desse Estado-Maior podem residir a diferença para o sucesso da guerra, principalmente em cenários em que a correlação de forças é simétrica ou desvantajosa.

Para verificação dessa teoria, Corbett aponta que a Guerra Russo-Japonesa era o estudo de caso perfeito do seu tempo, pois permitia testar sua teoria levando em conta a realidade dos encouraçados, minas, torpedos e comunicações sem fio; bem como atendia todos os requisitos políticos, estratégicos e geográficos para uma guerra limitada contemporânea (CORBETT, 2015a, p. 63). Esse é muito similar a *Campanha de 1796* de Clausewitz, pois Corbett apresenta os antecedentes históricos, analisa as instituições políticas e planos de guerra, reconstrói os eventos mais relevantes, avalia as decisões e condutas dos vários estágios da guerra e realiza uma crítica final.

A Guerra Russo-Japonesa desenvolveu-se pela disputa da influência da região em da Península Coreana, e ambos os lados precisavam desenvolver um equilíbrio de forças vantajoso na Manchúria que forçasse a concessão política do outro. O objeto territorial em questão era ideal para o Japão. Nem a Manchúria, nem a Coreia eram parte do Império Russo, portanto seu interesse era remoto e pequeno em comparação com suas grandes questões históricas na Europa e no Oriente Médio. A Coreia era uma península montanhosa, o que permitia seu isolamento marítimo e defesa por uma força terrestre inferior. Ela era próxima as ilhas japonesas e com uma linha de comunicações curta e facilmente defensável. Enquanto isso, a Rússia tinha sua principal base de operações separada do teatro por milhares de quilômetros e por um território parcialmente ocupado/colonizado, cuja população tinha lealdade sempre incerta (CORBETT, 2015a, p. 63). Com esse contexto, a conduta da guerra japonesa seguiu três estágios:

1. Uma campanha ofensiva em que suas forças navais neutralizaram Porto Arthur por meio de um bloqueio aberto e pequenos ataques, enquanto desdobravam operações anfíbias para conquista de Seul e avanço ao rio Yalu, na fronteira com a Manchúria;

2. Uma campanha defensiva terrestre, na qual o Japão buscou consolidar suas forças na Manchúria e desbaratou as forças russas que se concentravam em Liau-yang; e uma campanha ofensiva marítima, com a tomada de Porto Arthur por meio de operações combinadas e ruptura da linha de comunicação russa na Ásia. Os russos enviaram a Esquadra do Báltico para a disputa do comando do mar e reforçar Vladivostok, mas essa foi destruída na Batalha do Mar do Japão ou Tsushima; e

3. O terceiro estágio baseou-se na conquista da Ilha Sakhalin e o reforço das forças japonesas no nordeste da Coreia do Norte, a fim de ameaçar Vladivostok e influenciar as negociações de paz (CORBETT, 2015b, p. 382–386).

O caso da Guerra Russo-Japonesa é importante porque traz à tona um ponto que Corbett nunca concordou plenamente com Clausewitz: a superioridade da defesa sobre o ataque (CORBETT, 2005, p. 73), pois, após a realização da primeira campanha japonesa, os russos tinham que expulsar os japoneses de Liau-yang, assim como sua esquadra no Mar Amarelo. Entretanto, em nenhum dos dois casos, os russos tinham forças o suficiente para assumir uma ofensiva efetiva (CORBETT, 2015b, p. 3–4).

Por fim, a avaliação crítica final de Corbett é exemplar ao apontar a superioridade japonesa em operações conjuntas como o principal fator para explicar seu sucesso, pois os japoneses estavam em inferioridade de condições ou não apresentaram melhor desempenho que as forças russas. Seu exército era numericamente inferior do que a totalidade disponível pelo Império Russo; seus recursos materiais e financeiros também eram inferiores; a marinha japonesa era inferior a russa, mesmo considerando as esquadras russas disponíveis na Ásia e sem levar em conta a esquadra do Mar Negro. Corbett reconhece o valor do moral japonês, seu treinamento e preparações superiores, porém aponta que esses aspectos não tiveram efeito estratégico significativo. A Batalha de Liau-yang não foi uma grande vitória e os japoneses não foram capazes de promover a perseguição e a destruição das forças russas. Nenhum dos ataques japoneses para a tomada ou neutralização de Porto Arthur tiveram sucesso, que caiu em função de um longo sítio (CORBETT, 2015b, p. 382–386).

Mais que a batalha de Tsushima, o que destacou a conduta japonesa foi a sinergia de suas forças marítimas e terrestres de um plano adequado aos propósitos da guerra e que contava com a exploração de todos os elementos

de força disponíveis. Dessa maneira, foi o Japão capaz de maximizar seus recursos morais e físicos para sobrepor um adversário mais poderoso (CORBETT, 2015b, p. 398).

UMA AGENDA DE PESQUISA DE GUERRAS LIMITADAS

Este artigo apresentou o desafio que as guerras limitadas impõem aos Estudos Estratégicos e as relações internacionais contemporâneas. Conclui-se que, não é possível o estudo de guerras limitadas por meio de modelos indutivos que almejem a sistematização discreta dos universos político e técnico da conduta da guerra, tampouco por meio de modelos dedutivos, cujos cenários hipotéticos são tão abstratos na busca de serem preditivos que perdem o recurso analítico. Particularmente, no caso de guerras limitadas, aponta-se que a abordagem mais viável e necessária é aquela que permita uma narrativa analítica das interações entre as variáveis de casos e apontar problemas mais comuns de planejamento e conduta. A partir disso, esses problemas podem ser confrontados por demais estudos independentes (ELLIS; GREENE, 1960, p. 640–642, 649).

Levando-se esses requisitos metodológicos normativos, argumenta-se que as teorias de guerras limitadas de Carl von Clausewitz e Julian Corbett são consistentes e úteis para as demandas contemporâneas, pois elas:

- Propõem conceitos claros e operacionalizáveis ao desenvolverem teorias que têm como foco a tomada de decisão dos comandantes e o emprego de forças combatentes;
- Combinam consistentemente deduções hipotéticas com a análise e avaliação de estudos de caso; e
- Abordam e respondem a vários dos problemas políticos e estratégicos práticos contemporâneos.

Como agenda de pesquisa, aponta-se dois eixos principais que permitem o avanço conceitual e prático dessas teorias. Por um lado, é necessário sintetizar essas teorias sobre o emprego de forças combatentes com a dimensão diplomática ou de barganha de guerras limitadas. Nesse sentido, existe uma agenda bastante promissora inaugurada por Thomas Schelling (1960). É necessário avançar em relação ao limite das teorias de Clausewitz e Corbett em relação à condução das negociações diplomáticas durante guerras limitadas. Ambas teorias tomam essas negociações como

dadas em seus conceitos e análises históricas, desde que sua fenomenologia se encontra além da esfera do uso da força. Se a condução de negociações durante guerras limitadas difere daquelas em outras situações políticas, como se pode avançar barganhas em relação a resultados estratégicos positivos ou bloquear ou minar a exploração pelo oponente de resultados estratégicos negativos não foram aqui considerados. No entanto, desde que essas ações são centrais para o desfecho de guerras limitadas e fazem parte das prerrogativas de líderes políticos e tomadores de decisão, é inegável a necessidade de avanço de seu estudo.

Por outro lado, é importante a realização de mais estudos de casos contemporâneos, a fim de estender o teste de utilidade dessas teorias e em enfrentar demais problemas contemporâneos da conduta de guerras limitadas. Aponta-se dois de maior relevância.

Um primeiro caso importante para o teste e o uso das teorias de Clausewitz e Corbett, é aquela guerra que provocou o ressurgimento dos estudos sobre guerras limitadas no mundo ocidental. A Guerra da Coreia, após a intervenção chinesa em outubro de 1950, evoluiu de uma guerra civil internacionalizada para uma guerra limitada entre Estados Unidos e China. A partir de então, a guerra ilimitada entre as duas Coreias era relegada, assim como seus líderes, a papéis secundários; e o que passava a estar em jogo era o equilíbrio de poder na Ásia e a consolidação dos blocos capitalistas e comunistas na Guerra Fria. Neste caso, existiu direta correspondência entre os sucessos e fracassos das campanhas chinesas e norte-americanas para conquista e controle de objetos de valor e terreno mais favoráveis no teatro de operações e as negociações nas Nações Unidas em Nova York, no comitê de cessar-fogo em Pammunjon na Coreia do Norte desde julho de 1951 e ainda nas disputas por poder dentro dos dois blocos. Portanto, esse caso traz a oportunidade de estudo de uma guerra limitada entre coalizões na realidade de organizações internacionais.

Além disso, a Guerra Sino-Americana é relevante como exemplo de como as consequências da má-conduta de guerras limitadas podem ser extensas. Estados Unidos e China envolveram-se na Península Coreana com objetivos limitados e negativos - a preservação dos regimes sul e norte-coreanos; portanto, ela ocorreu sem escalada do conflito para seus territórios nacionais e dos países a eles coligados e sua conclusão deu-se na mesa de negociações com o aval de todos os países envolvidos. Entretanto, Estados Unidos e China vinham de décadas de guerras ilimitadas e nenhum deles possuía arcabouços conceituais, institucionais e doutrinários para esse 'novo'

tipo de guerra. Como consequência, ambos tiveram que aprender sobre ela enquanto a travavam, e seus comandantes, exércitos e países sofreram com isso. Além de baixas e danos desnecessários, em ambos os países houve grave discórdia entre as lideranças políticas e os comandantes em campo sobre a limitação ou expansão da guerra, incorrendo em desgastes dos primeiros e maiores e menores graus de expurgos dos segundos.

Um segundo caso importante é a Guerra das Malvinas de 1982, pois essa cumpre todos os requisitos de uma guerra limitada como acima delineados: a disputa por um território de valor político limitado e passível de ser isolado estrategicamente. E se aplicados as demais proposições das teorias de Clausewitz e Corbett, é possível ter uma avaliação preliminar das razões do insucesso argentino e da importância de se aprofundar seu estudo. A invasão argentina foi veloz o suficiente para inviabilizar qualquer reação britânica que a estancasse, e também procedeu adequadamente na concentração de força terrestre para defesa nas ilhas. No entanto, a Argentina não foi efetiva o suficiente ou não tinha meios adequados para conduzir uma ofensiva marítima que rompesse as linhas marítimas britânicas. De maneira que foram os britânicos aqueles capazes de isolar as ilhas, resultando em desmoralização e rendição das forças terrestres argentinas nas Malvinas, sem que Argentina tivesse como alterar ou retaliar esses reveses. São várias as questões a serem melhor investigadas e revistas com o benefício da abertura dos arquivos oficiais desde 2012. Entre elas, apontam-se três centrais: existiam alternativas melhores para a campanha marítima argentina? Até que ponto a falta de interoperabilidade entre as forças armadas argentinas foi decisiva para o resultado da guerra? Levando-se em consideração que a força terrestre argentina nas Malvinas possuía considerável contingente militar e reservas logísticas intactos quando da sua rendição, a campanha defensiva terrestre poderia ter sido estendida por tempo suficiente a tornar improvável o sucesso britânico?

As respostas a essas e outras perguntas permitem não apenas um melhor entendimento de uma guerra de impacto direto no Brasil e cuja literatura é predominante britânica, mas que, possivelmente, permitem ainda, qualificar muito da reflexão do próprio contexto estratégico contemporâneo do Atlântico Sul.

CLAUSEWITZ, CORBETT AND THE CHALLENGE OF LIMITER WARS

ABSTRACT

Limited wars hold an increasing relevance on the contemporary strategic debate due to the low results by Western countries in the last decades. That leads to negative prognostics of future performances. This paper argues that the contemporary diagnosis of the study and practice of limited wars outlined methodological requirements and operational questions, which are addressed by the theories designed by Carl von Clausewitz and Julian Corbett. It contributes with a synthesis of both theories and two of their empirical corroborations that answers to those contemporary demands. As closing remarks, the paper proposes a progressive research agenda.

Key-words: Limited Wars; Theories of War; Carl von Clausewitz; Julian Corbett; Joint Operations.

REFERÊNCIAS

ANGSTROM, Jan; WIDEN, J. J. *Contemporary military theory: the dynamics of war*. London; New York: Routledge, 2015.

ART, Robert J.; CRONIN, Patrick M. (Ed.). *The United States and coercive diplomacy: what do we know?* Washington, DC: United States Institute of Peace, 2003.

ANGSTROM, Jan; WIDEN, J. J. *Contemporary military theory: the dynamics of war*. London; New York: Routledge, 2015.

ART, Robert J.; CRONIN, Patrick M. (Ed.). *The United States and coercive diplomacy: what do we know?* Washington, DC: United States Institute of Peace, 2003.

¹¹ Trabalho realizado em apoio da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior - CAPES - Edital N° 31 / 20013.

BENNETT, D. Scott; STAM III, Allan C. The duration of intestate wars, 1816-1985. *American Political Science Review*, v. 90, n. 2, p. 239-257, jun. 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2082882?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 15 out. 2015.

BYMAN, Daniel; WAXMAN, Matthew. *The dynamics of coercion: american foreign policy and the limits of military might*. New York: Cambridge University Press, 2002.

CENTENO, Miguel Angel. *Blood and debt: war and the nation-state in Latin America*. Philadelphia: Pennsylvania State University Press, 2003.

CHILCOAT, Richard A. *Strategic art: the new discipline for 21st century leaders*. Leavenworth: Strategic Studies Institute, 1995.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Vom Kriege*. Düsseldorf: Null Papier Verlag, 2012.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *On war*. Princeton: University of Princeton Press, 1984.

CORBETT, Julian S. *Maritime operations in the Russo-Japanese War, 1904-1905*. Annapolis: Naval Institute Press, 2015. v.1a.

CORBETT, Julian S. *Maritime operations in the Russo-Japanese War, 1904-1905*. Annapolis: Naval Institute Press, 2015. v.2 b.

_____. *Some principles of maritime strategy*. [S.l.]: Project Gutenberg eBook, 2005. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/15076/15076-h/15076-h.htm>>. Acesso em: 15 out. 2015.

DEITCHMAN, Seymour J. *Limited war and american defense policy*. Cambridge: M.I.T. Press, 1964.

DELBRUCK, Hans. *Medieval warfare: history of the art of war*. Tradução de Walter J. Renfroe Jr. Lincoln: University of Nebraska Press, 1990. v. 3.

DINIZ, E. *Clausewitz, o balanço ataque-defesa e a teoria das relações internacionais*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2002.

DINIZ, Eugenio; PROENÇA JUNIOR, Domício. A criterion for settling inconsistencies in Clausewitz's on war. *Journal of Strategic Studies*, San Diego, v. 37, n. 6-7, p. 879-902, 2014.

DOUGHERTY, Kevin. *The United States military in limited wars: case studies in success and failure, 1945-1999*. North Carolina: McFarland & Company, 2012.

DUARTE, Érico. A conduta da guerra na era digital e suas implicações para o Brasil: uma análise de conceitos, políticas e práticas de defesa. Texto para Discussão. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA*, Brasília, DF, n. 1760, ago. 2012. TD 1760.

DUYVESTYEN, Isabelle. *Clausewitz and African wars: politics and strategy in Liberia and Somalia*. New York: Frank Cass, 2004.

ECHEVARRIA II, Antulio J. *Clausewitz and contemporary war*. New York: Oxford University Press, 2007.

ELLIS JR., J. W.; GREENE, T. E. The contextual study: a structured approach to the study of political and military aspects of limited war. *Operations Research*, v. 8, n. 5, p. 639-651, 1960.

FREEDMAN, Lawrence. Ukraine and the art of limited war. *Survival*, v. 56, n. 6, p. 7-38, dec. 2014-jan. 2015. Disponível em: <<http://www.iiss.org/en/publications/survival/sections/2014-4667/survival--global-politics-and-strategy-december-2014-january-2015-bf83/56-6-02-freedman-6983>> Acesso em: 15 out. 2015.

FRKOVICH, James. Limited war and the Ugandan experience: implications for African security. *African Security*, v. 3, n. 3, p. 148-167, 2010.

GAT, Azar. *A history of military thought: from the enlightenment to the Cold War*. New York: Oxford University Press, 2002.

GRAY, Colin. Across the nuclear divide: strategic studies, past and present. *International Security*. Maryland, v. 2, n. 1, p. 24-46, Summer 1977.

GRIFFIN, Christopher. From limited war to limited victory: Clausewitz and allied strategy in Afghanistan. *Contemporary Security Policy*, v. 35, n. 3, p. 446-467, sept. 2014.

GRYGIEL, Jakub; MITCHELL, Wes. Limited war is back. *The National Interest*, n. 133, p. 37-44, sept.-oct. 2014.

HAIDER, Muhammad. Misconception of limiter war. *Defence Journal*, v. 17, n. 1, p. 52-57, aug. 2013.

HANDEL, Michael I. Corbett, Clausewitz, and Sun Tzu. *Naval War College Review*, Newport, RI, v. 53, n. 4, p. 106-124, autumn 2000. Disponível em: <<https://www.usnwc.edu/Publications/Naval-War-College-Review/Press-Review-Past-Issues.aspx>> Acesso em: 15 out. 2015.

HAWKINS, William. Imposing peace: Total vs. limited wars, and the need to put boots on the ground. *Parameters*, v. 30, n. 2, p. 72, summer 2000.

HOWARD, Michael. When wars are decisive? *Survival*, v. 41, n. 1, p. 126-135, 1999.

JAKOBSEN, Peter Viggo. Coercive Diplomacy. In: COLLINS, Allan (Org.). *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

_____. Pushing the limits of military coercion theory. *International Studies Perspectives*, v. 12, n. 2, p. 153-170, may 2011.

JERVIS, Robert. Bridges, Barriers, and Gaps: research and policy. *Political Psychology*, v. 29, n. 4, p. 571-592, aug. 2008.

J J WIDEN. Sir Julian Corbett and the theoretical study of war. *Journal of Strategic Studies*, v. 30, n. 1, p. 109, feb. 2007.

MCFATE, Jessica Lewis. *The ISIS defense in Iraq and Syria: countering an adaptive enemy*. Washington, D.C.: Institute for the Study of War, 2015. Middle East Security Report 27. Disponível em: <<http://understandingwar.org/sites/default/files/ISIS%20Defense%20in%20Iraq%20and%20Syria%20--%20Standard.pdf>> Acesso em: 15 out. 2015.

MENDES, Flavio; DUARTE, Érico Esteves. Strategic studies as a science: the Clausewitzian scientific research program. *Dunkwürdigkeiten: Journal der Politisch- Militärischen Gesellschaft*, n. 94, p. 9-11, 2014.

OSGOOD, Robert E. *Limited war revisited*. Boulder, CO: Westview Press, 1979.

PARET, Peter. *Clausewitz and the State: the man, his theories and his times*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

_____. Education, politics, and war in the life of Clausewitz. *Journal of the History of Ideas*, Pennsylvania, v. 29, n. 3, p. 394-408, 1968.

PROENÇA JÚNIOR, Domício; DUARTE, Érico. Os estudos estratégicos como base reflexiva da defesa nacional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 50, n. 1, p. 29-46, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n1/a02v50n1.pdf>> Acesso em: 15 out. 2015.

SCHELLING, T. C. The retarded science of international strategy. *Midwest Journal of Political Science*, v. 4, n. 2, p. 107-137, may 1960. Disponível em: <<https://www.jstor.org/journal/midwjpolicisc>> Acesso em: 15 out. 2015.

TELLIS, Ashley J.; FAIR, C. Christine; MEDBY, Jamison Jo. *Limited conflicts under the nuclear umbrella: India and Pakistani lessons from the kargil crisis*. Santa Monica: RAND, 2001.

TERRIL, W. *Escalation and intrawar deterrence during limited wars in the Middle East*. Leavenworth: Strategic Studies Institute, 2009.

WEISIGER, Alex. *Logics of war: explanations for limited and unlimited conflicts*. Ithaca: Cornell University Press, 2013.

Recebido em: 28/09/2015

Aceito em: 09/02/2016